



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

000079

CONTRATO Nº 012.007.2023 - SEMAS

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM
ENTRE SI MUNICIPIO DE BAIÃO/FUNDO
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE E LOCH & SARRAF LTDA,
COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:**

Pelo presente instrumento, MUNICIPIO DE BAIÃO/FUNDO MUNICIPAL DOS DIR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES inscrito no CNPJ nº 23.932.166/0001-41, situada à Esquina entre Santa Luzia e Levindo Rocha, s/nº - Bairro Centro. CEP: 68.465-000 – Baião/PA, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, o Sr. **MARCOS ANTÔNIO BARROS PINA**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 470.744.592-53, e no Registro Geral de Identificação Civil sob o nº 2327739 SSP/PA, residente e domiciliado nesta cidade de Baião - Pará, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, a Empresa **LOCH & SARRAF LTDA**, inscrita no CNPJ nº 41.236.685/0001-57 situada à Rua Santa Helena nº 013 Bairro Tozetti / Pacajá - Pa, Cep.68.485-000, neste ato representada pela Sra. **HELEUZES COSTA SARRAF**, Assistente Socia, brasileira, portadora do RG. Nº 1808367 PC/PA, e do CPF: 449.642.692-72, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, observando o que consta da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 012/2023-SEMAS, PROCESSO Nº 072023012**, tudo em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, a qual sujeitam-se as partes, observando as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ESPECIALIZADA PARA ATENDER O PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES ANO 2024/2027 NO MUNICÍPIO DE BAIÃO- PÁ.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

2.1. O presente instrumento decorre da Inexigibilidade de Licitação nº IN-012/2023-SEMAS e processo administrativo nº 072023012, e tem como fundamentação o art. 25, II c/c art. 13, III, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1. O valor global deste contrato é de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), a ser liquidado em 02 (duas) parcelas mensais de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscientos reais).

3.2. Os pagamentos devidos serão realizados até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao início do serviço e fim do serviço;

3.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar Nota Fiscal com descrição do objeto contratado, até 05 (cinco) dias antes do seu vencimento;

3.4. O pagamento será efetuado mediante crédito por ordem bancária na **CONTA CORRENTE Nº: 18.308.11-7, AGÊNCIA Nº 001 Instituição – 403 – Cora SCD**, de titularidade da contratada.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Os recursos financeiros para pagamento das despesas no período de vigência deste contrato



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

000080

correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da contratante, e de suas correspondentes para os exercícios posteriores:

Classificação Institucional – 07.01 FUNDO MUNI. DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Classificação Funcional – 08.243.0005.2.126– MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Classificação Econômica - 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. TERCEIROS PESSOA JURIDICA

Sub Elemento - 3.3.90.39.05 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

5.1. Os serviços a serem fornecidos, relacionados na Cláusula Primeira deste contrato, compreendem as constantes na proposta apresentada pela Contratada:

- a) Consultoria e Assessoria Especializada compreendendo as necessidades da Secretaria de Assistência Social;
- b) Elaboração e correção das provas e entrega dos resultados.
- c) Curso Preparatório para prova com carga horária em conformidade com a Legislação municipal 16hs.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

5.2. A presente Contratação terá vigência a partir da assinatura deste até 31/12/2023, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1.** Executar o objeto de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste instrumento.
- 6.2.** Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do contratante ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais.
- 6.3.** Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução dos serviços, exceto despesas que venham a ocorrer por fatos novos não previstos nesse instrumento, ou serviços extras.
- 6.4.** Manter, durante toda a execução dos serviços, a compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na assinatura deste contrato.
- 6.5.** Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela contratante.
- 6.6.** Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela CONTRATANTE.

7. CLÁUSULA SETIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 7.1.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o pagamento da prestação dos serviços.
- 7.2.** Efetuar o devido empenho da despesa e o pagamento até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencido.
- 7.3.** Atestar nas notas fiscais a efetiva prestação dos serviços objeto deste Contrato.
- 7.4.** Disponibilizar à contratada a infraestrutura para garantir o pleno desenvolvimentos dos serviços descritos, aí incluído pessoal, equipe de apoio e auxiliar.
- 7.5.** Prestar à contratada, toda informação necessária ao pleno cumprimento do objeto, ou por ela solicitada.
- 7.6.** Aplicar à contratada as penalidades, quando for o caso.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

000081

7.7. Exercer a fiscalização, através de servidor designado para esse fim.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS REAJUSTES E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

8.1. Este contrato poderá sofrer alterações, nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a contratada que:

9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Fraudar na execução do Contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.1.6. Não manter a Proposta.

9.2. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;

9.2.2. Multa moratória observada os seguintes limites:

9.2.2.1. 0,2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

9.2.2.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual dos subitens acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo não superior a dois anos;

9.2.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados.

9.2.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a contratada que:

9.2.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.2.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.2.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:

10.1. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

000082

10.1.1. Por interesse de qualquer uma das partes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias;

10.1.2. Por inadimplemento;

10.1.3. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste contrato;

10.1.4. Quando ocorrer interesse público, as partes poderão rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no art. 79 da Lei 8.666/93. Parágrafo Único: Fica assegurado à contratada o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados à contratante até a data da rescisão, de acordo com as condições de pagamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. A contratada declara deste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos, para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do objeto;

11.2. A tolerância ou não exercício, pela CONTRATANTE de quaisquer direitos a ele assegurados neste contrato ou na legislação em geral, não importará em renovação ou renúncia a qualquer desses direitos, podendo o mesmo exercitá-los a qualquer tempo.

11.3. A publicação resumida deste contrato, no Diário Oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante, publicado em forma de extrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca da Cidade de Baião (PA), com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes deste contrato e de sua execução;

12.2. E, por estarem justas e contratados as partes assinam o presente contrato em 03 (vias) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença de testemunhas abaixo.

Baião 11 de maio de 2023.

LOCH E SARRAF
LTDA:41236685000157

Assinado de forma digital
por LOCH E SARRAF
LTDA:41236685000157

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF: _____

2) _____
CPF: _____